

Armazém Mateus S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2013

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Praça Carlos Chagas, 49 – 4º andar
Santo Agostinho
Belo Horizonte | MG | Brasil

T +55 31 3289.6000
F +55 31 3289.6000
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas do
Armazém Mateus S.A.
São Luís – MA

Examinamos as demonstrações contábeis do Armazém Mateus S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

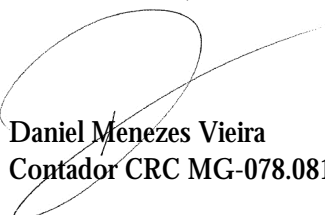
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Armazém Mateus S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2014.



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC MG-078.081/O-1 "S" – MA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – MA

Armazém Mateus S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	ATIVO		
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.000	6.962
Clientes	5	357.835	308.367
Estoques	6	393.023	296.263
Tributos a recuperar	7	8.105	15.135
Outros ativos	8	17.215	-
Total do ativo circulante		<u>779.178</u>	<u>626.727</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	13	57.778	-
Tributos a recuperar	7	1.239	1
Outros ativos	8	4.646	-
Depósitos judiciais	14	11	11
		<u>63.674</u>	<u>12</u>
Imobilizado	9	24.668	14.283
		<u>24.668</u>	<u>14.283</u>
Total do ativo não circulante		<u>88.342</u>	<u>14.295</u>
Total do ativo		<u><u>867.520</u></u>	<u><u>641.022</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armazém Mateus S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	5.638	24.876
Fornecedores	-	203.424	263.839
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	26.635	22.180
Adiantamento de clientes	-	990	1.286
Total do passivo circulante		<u>236.687</u>	<u>312.181</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	8.679	3.000
Debêntures	11	127.006	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	-	5.258
Provisão para riscos	14	1.168	988
Partes relacionadas	13	30.978	-
Total do passivo não circulante		<u>167.831</u>	<u>9.246</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	103.907	46.507
Reserva legal	15.b	6.448	2.613
Reserva de incentivos fiscais	15.b	128.121	46.100
Lucros acumulados	-	224.526	224.375
		<u>463.002</u>	<u>319.595</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>867.520</u>	<u>641.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armazém Mateus S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita líquida de vendas	17	2.119.783	1.687.649
Custo das mercadorias vendidas	18	(1.750.753)	(1.407.443)
Lucro bruto		----- 369.030	----- 280.206
(Despesas)/ receitas operacionais			
Administrativas e gerais	18	(278.000)	(223.178)
Outras receitas e despesas	-	(3.239)	(1.160)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		----- 87.791	----- 55.868
Resultado financeiro	19		
Despesas financeiras	-	(13.212)	(6.737)
Receitas financeiras	-	13.673	2.132
		----- 461	----- (4.605)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		----- 88.252	----- 51.263
Corrente	16.a	(2.939)	(2.750)
Diferido	16.b	706	-
Lucro líquido do exercício		----- ===== 86.019	----- ===== 48.513
Lucro por ação		----- ===== 0,83	----- ===== 1,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armazém Mateus S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva incentivos fiscais</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.000	200	12.337	-	224.798	238.335
Lucro do exercício	-	-	-	-	48.513	48.513
Integralização de capital social - AFAC	12.337	-	(12.337)	-	-	-
Integralização de capital social - em dinheiro	33.170	-	-	-	-	33.170
Constituição da reserva incentivos fiscais	-	-	-	46.100	(46.100)	-
Constituição reserva legal	-	2.413	-	-	(2.413)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(423)	(423)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>46.507</u>	<u>2.613</u>	<u>-</u>	<u>46.100</u>	<u>224.375</u>	<u>319.595</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	86.019	86.019
Integralização de capital social - em dinheiro	57.400	-	-	-	-	57.400
Constituição da reserva incentivos fiscais	-	-	-	82.021	(82.021)	-
Constituição reserva legal	-	3.835	-	-	(3.835)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>103.907</u>	<u>6.448</u>	<u>-</u>	<u>128.121</u>	<u>224.526</u>	<u>463.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armazém Mateus S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012
Das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	88.252	51.263
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	2.655	2.160
Ganho/ (perda) na venda do imobilizado	448	2.120
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos		
Clientes	(49.468)	(116.035)
Estoques	(96.760)	(115.944)
Tributos a recuperar	5.792	(5.761)
Partes relacionadas	(57.778)	17.200
Outros ativos	(21.861)	172
Acréscimo/ (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	(60.415)	119.370
Obrigações trabalhistas e tributárias	(803)	8.801
Outros passivos	-	(8.570)
Adiantamento de clientes	(296)	1.286
Provisão para contingências	180	988
Partes relacionadas	30.978	(5.040)
Impostos pagos (IR/ CSLL)	(2.233)	(2.750)
Caixa aplicado nas operações	(161.309)	(50.740)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(161.309)	(50.740)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado	(13.488)	(2.391)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.488)	(2.391)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e debêntures	132.968	25.955
Amortizações de empréstimos e debêntures	(19.521)	(2.512)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	113.447	23.443
Das atividades de financiamento com acionistas		
Aumento de capital	57.400	33.170
Distribuição de lucros	(12)	(423)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas	57.388	32.747
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.962)	3.059
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.962	3.903
No final do exercício	3.000	6.962
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.962)	3.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Armazém Mateus S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luis – Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país. A Companhia possui 3.648 funcionários e 08 centros de distribuição.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria da Companhia em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas, quando aplicável da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nos centros de distribuições da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução/ (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs).

g) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

h) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamentos mercantis financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre os encargos financeiros e a redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos a natureza das provisões para contingências estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

j) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

k) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Companhia, compreendem as contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

1) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São classificados como passivos financeiros as contas a pagar para fornecedores, empréstimos, financiamentos e debentures.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado.

Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os empréstimos e financiamentos são contratados para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e registrados considerando o valor presente, ou seja, total do empréstimo ou financiamento deduzidos os encargos a transcorrer.

2) Empréstimos, financiamentos e debentures

Os empréstimos, financiamentos e debentures tomados representam principalmente operações de giro e de aquisição de ativo imobilizado e são contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com as taxas contratuais.

3) Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros acontece somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

l) Distribuição de lucros (dividendos)

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes as dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

n) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p) Lucro do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ ou negociação de ações.

2.3. Principais julgamentos, criterios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

b) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

d) Provisão para perdas

Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.

e) Provisões para riscos

Provisão por causas trabalhistas e cíveis são reconhecidas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3. Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2012:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de
No Brasil	Correspondente internacional	Assunto	
CPC 38(R1) (a)	IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2015

- (a) CPC 38 (R1)/ IFRS 9:** o CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros.

A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2015;

A Companhia não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e numerários em trânsito:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	35	58
Bancos	1.607	6.804
Aplicações financeiras	1.358	100
Total	3.000	6.962

5. Clientes

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber – títulos a receber	359.285	309.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.450)	(1.199)
Total	357.835	308.367

Segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2012	Adição	2013
PCLD	(1.199)	(251)	(1.450)
	(1.199)	(251)	(1.450)

b) Composição dos saldos por idade de vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	348.029	307.633
Contas a receber – vencidos		
De 1 a 30 dias	6.119	229
De 31 a 60 dias	1.812	103
De 61 a 90 dias	870	402
De 91 a 180 dias	1.005	
Acima de 180 dias	1.450	1.199
Total	359.285	309.566

6. Estoques

	31/12/2013	31/12/2012
Mercadorias para revenda	387.684	295.772
Provisão para obsolescência e quebras	(879)	(879)
Bonificações em estoques	(3.918)	(2.920)
Adiantamento a fornecedores	10.136	4.290
	393.023	296.263

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque recebidas e não realizadas totalizam R\$ 3.918 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.920 em 31 de dezembro de 2012). Além disso, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$ 879 (R\$ 879 em 31 de dezembro de 2012).

7. Tributos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS a compensar	3.676	6
ICMS a recuperar – CIAP	537	1
INSS	69	-
IRPJ a recuperar	729	729
CSLL a recuperar	262	262
PIS	607	2.534
COFINS	2.758	11.601
IR / CSLL Diferidos	706	-
Outros	-	3
	9.344	15.136
(-) Parcela não circulante	1.239	1
Parcela circulante	8.105	15.135

8. Outros ativos

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamento a fornecedores	4.526	-
Precatórios (*)	17.335	-
	21.861	-
(-) Parcela não circulante	4.646	-
Parcela circulante	17.215	15.135

(*) Os precatórios foram homologados junto ao Santander mediante intermediação do Estado do Maranhão no mês de setembro de 2013, que foram compensados com débitos de ICMS a vencer, e baixou 100% dos parcelamentos de ICMS que detinha com o Estado do Maranhão.

A Companhia pagou sobre os precatórios o valor de R\$ 22.000.000,00 e a expectativa de quitação de débitos junto ao Estado do Maranhão é no total de R\$ 43.200.000 em 21 meses. A Companhia vem registrando o ganho na transação somente no ato das compensações e aprovações pelo Estado, ou seja, o valor registrado no ativo refere-se somente aos valores desembolsado deduzidos dos impostos recuperados até o período.

9. Imobilizado

a) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Terrenos	2.120	-	(2.120)	-	-	-	-	-	-
Edificações	3.475	-	-	-	3.475	-	-	-	3.475
Máquinas e equipamentos	6.353	198	-	475	7.026	6.315	-	-	13.341
Móveis e utensílios	3.264	662	-	-	3.926	2.357	(460)	-	5.823
Veículos	4.192	625	-	-	4.817	-	-	-	4.817
Equipamentos de informática	1.245	91	-	-	1.336	79	-	-	1.415
Imobilizações em andamento	1.983	815	-	(2.743)	55	4.737	-	(2)	4.790
Edificações em imóveis de terceiros	1.599	-	-	2.268	3.867	-	-	2	3.869
	24.231	2.391	(2.120)	-	24.502	13.488	(460)	-	37.530

b) Movimentação da depreciação acumulada

	% – Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2011	Adições	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Edificações	4	(171)	(139)	(310)	(139)	-	(449)
Máquinas e equipamentos	7	(2.959)	(615)	(3.574)	(697)	-	(4.271)
Móveis e utensílios	9	(1.404)	(325)	(1.729)	(375)	12	(2.092)
Veículos	18	(2.230)	(1.093)	(3.323)	(853)	-	(4.176)
Equipamentos de informática	12	(724)	(178)	(902)	(168)	-	(1.070)
Edificações em imóveis de terceiros	11	(571)	190	(381)	(423)	-	(804)
		(8.059)	(2.160)	(10.219)	(2.655)	12	(12.862)
Saldo		16.172	(1.889)	14.283	10.833	(448)	24.668

10. Empréstimos e financiamentos

Circulante	31/12/2013	31/12/2012
Arrendamento mercantil (a)	4.177	3.134
FINAME (b)	8.128	1.244
Conta garantida (c)	2.012	23.498
	14.317	27.876
Circulante	5.638	24.876
Não circulante	8.679	3.000

(a) Os financiamentos para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma dos centro de distribuições atuais possuem juros anuais variando de 1,04% a 1,30% mais correção pela TJLP, e como garantia os próprios bens financiados e duplicatas no valor R\$ 1.358, além do aval dos sócios;

- (b) Os financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos – FINAME possuem taxa de juros anuais variando de 3,5% e correção pela UR – TJLP com variações entre 5,0% na modalidade PSI – Programa BNDES de sustentação ao investimento, e como garantia os próprios bens financiados e duplicatas, além do aval dos sócios;
- (c) Os valores de conta garantida possuem taxas de juros anuais de 1,81%, e como garantia o aval dos sócios.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	1.230
2015	1.572	930
2016	1.931	330
2017	1.527	270
2018	1.263	240
2019	918	-
2020	918	-
2021	550	-
	8.679	3.000

10.1. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 4.177 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.134 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a tabela a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Passivo do arrendamento mercantil financeiro		
Pagamentos mínimos do arrendamento		
Menos de 1 ano	1.270	1.068
De 1 a 5 anos	2.907	2.066
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.177	3.134
Encargos futuros do financiamento		
	1.693	1.568
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	5.870	4.702

11. Debêntures

	Principal	Custo	Encargos	Amortização	Total
Série única	125.000	1.710	5.015	(4.719)	127.006
Total	125.000	1.710	5.015	(4.719)	127.006

Em 15 de agosto de 2013 o Armazém Mateus emitiu a série única de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 125.000, com vencimento em 15 de agosto de 2023 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,3% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/ 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

De acordo com o CPC 08 “Custos de transações e prêmios na emissão de títulos de valores mobiliários”, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e estes custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Seguem as características gerais da debênture da Sociedade:

Garantia: Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Armazém Mateus, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55. da Lei nº 10.931/2004.

Primeira emissão – série única

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações

Espécie: Garantia real – Os próprios bens

Valor original: R\$ 125.000

Valor nominal: R\$ 100 por debênture

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	1.250.000	100% DI + 2,30%	trimestral até agosto de 2015 e trimestral até o vencimento

Condições restritivas financeiras (covenants):

- As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, Aplicação do recurso na construção do CD e abastecimento do mesmo com estoques.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2013
2015	5.208
2016	15.625
2017	15.625
2018	15.625
2019	15.625
2020	15.625
2021	15.625
2022	15.625
2023	10.417
	125.000

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2013	31/12/2012
Salários a pagar	5.613	4.081
Provisão de férias	9.438	7.628
Rescisões a pagar	154	95
Contribuição sindical	111	43
INSS a recolher	2.538	1.663
IRRF	426	428
FGTS	651	502
IRPJ	1.334	1.204
CSLL	482	436
ICMS	5.820	10.931
Fumacop	-	401
Outros	34	9
ISS	34	17
	26.635	27.438
Circulante	26.635	22.180
Não circulante	-	5.258

13. Partes relacionadas

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	2013
Ativo	
Mateus Supermercados S.A. (a)	57.778
	57.778
Passivo	
Mateus Locações (b)	30.978
	30.978

	31/12/2013	31/12/2012
Transações		
Receita de venda de mercadorias/ produtos		
Mateus Supermercados	2.065.135	1.644.108
	2.065.135	1.644.108

a) Mateus Supermercados S.A.

O Armazem abastece as lojas do Mateus Supermercados, aproveitando seus centros distribuições que estão localizadas próximo às lojas, sanando o problema de abastecimento do Estado do Maranhão.

b) Mateus Locações

O Armazem faz sua própria logística e distribuição utilizando-se de veículos locados da Mateus Locações.

13.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R\$ 384 no ano de 2013 (R\$ 200 em 2012).

14. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2013, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

- a) A provisão para contingências e riscos, em 31 de dezembro de 2012, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	1.168	988

b) Depósitos judiciais – ativos não circulantes

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

Controladora	31/12/2013	31/12/2012
Cíveis	11	11
Total	11	11

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais tributários e trabalhistas que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. O valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 725.

Segue a movimentação da provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:

	2012	Adição	2013
Tributárias	988	180	1.168
	988	180	1.168
Depósitos judiciais	11	-	11

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 103.907 e está representado por 10.390.700 ações ordinárias nominativas com direito a voto e em 2012, é de R\$ 46.507 e está representado por 4.650.700 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

b) Destinação dos lucros

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrada a seguir. Não foi contabilizada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, devido a Ata de Reunião dos Acionistas de 28 de dezembro de 2013 decidiram por não realizar qualquer tipo de distribuição. O montante adicional a esse valor depende de aprovação em Assembleia de Acionistas e será contabilizada somente após essa aprovação:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	86.019	48.257
Constituição da reserva incentivos fiscais	(82.021)	(46.100)
Constituição da reserva legal	(3.835)	(2.413)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	163	-

As reservas de incentivos fiscais são geradas pela redução da base de cálculo do ICMS conforme decreto 19.714/2013 da Sefaz – MA.

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	88.280	49.181
Adições temporárias	2.456	5.076
Incentivos fiscais	(82.021)	(46.100)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	8.715	8.157
IR e CSLL às alíquotas vigentes (15% e 9%)	(2.092)	(1.958)
Adicional – imposto de renda (10%)	(847)	(792)
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	(2.939)	(2.750)
Taxa efetiva	3,33%	5,59%

b) Tributos diferidos

É contabilizado um ativo ou passivo referente aos tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para serem compensados.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos de 2013, registrados no ativo:

	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.199	1.199
Provisão para perda nos estoques	879	879
Total	2.078	2.078
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	25%	9%
Total do IRPJ e da CSLL diferidos – ativo não circulante	519	187

A estimativa de recuperação do saldo ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais está diretamente relacionada com a relação das provisões a que estão relacionadas.

17. Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Mercadoria de revenda	2.904.698	2.166.029
(-) Deduções da receita		
ICMS	(184.906)	(145.997)
COFINS	(149.440)	(124.395)
PIS	(32.444)	(27.007)
Devoluções	(418.125)	(180.981)
Receita líquida total	2.119.783	1.687.649

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS (alíquota de 0% a 17%), impostos municipais, contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

18. Custos e despesas por natureza

a) Custo

	31/12/2013	31/12/2012
Custo da revenda	(1.822.841b)	(1.458.479)
Bonificações e verbas	72.967	51.915
Provisão para perdas	(879)	(879)
Total	(1.750.753)	(1.407.443)

b) Despesas administrativas e gerais

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal	(79.932)	(71.467)
Acordos trabalhistas	(263)	(352)
Depreciação e amortização	(2.655)	(2.487)
Água, luz e telefone	(1.820)	(5.576)
Fretes e transportes	(32.047)	(21.398)
Material de consumo	(15.848)	(13.937)
Serviços prestados	(30.977)	(19.065)
Impostos e taxas	(1.752)	(1.047)
Seguros	(1.463)	(392)
Viagens e treinamentos	(3.651)	(1.304)
Aluguéis e condomínios	(99.820)	(82.217)
Despesas gerais	(7.772)	(3.936)
Total	(278.000)	(223.178)

19. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras		
IOF	(392)	(84)
Juros de empréstimos e financiamentos	(8.266)	(4.755)
Despesas bancárias	(4.342)	(1.894)
Multa	(212)	(4)
	(13.212)	(6.737)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	4.387	1.771
Deságio do precatório	9.227	-
Juros aplicações financeiras	59	323
Descontos financeiros obtidos	-	38
	13.673	2.132
Efeito líquido de resultado financeiro	461	(4.605)

20. Perdas operacionais

A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.

A Companhia monitora estas ocorrências por meio de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência.

21. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *